TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
3ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS
Praça João Mendes s/nº, 1823/25/27/29, Centro - CEP 01501-900, Fone: 11 2171-6605, São Paulo-SP - E-mail: sp3falencias@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

EDITAL DO ART. 99, § 1º DA LEI 11.101/2005

Processo Digital nº:	**1052305-03.2021.8.26.0100**
Classe: Assunto:	**Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Pedido de falência**
Requerente:	**Ska Automação de Engenharias Ltda.**
Requerido:	**Engetech Com. e Serviços Eletronicos Eireli e outro**

EDITAL DE INTIMAÇÃO DO ART. 99, § 1º, DA LEI 11.101/2005 - JUÍZO DA 3ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DA COMARCA DE SÃO PAULO/SP - NATUREZA: FALÊNCIA - PROCESSO: 1052305-03.2021.8.26.0100

OBJETO: INTIMAÇÃO DE EVENTUAIS INTERESSADOS NA DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA DE ENGETECH COMERCIO E SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA. FALIDO, CNPJ 11.198.814/0001-07, NOS TERMOS DO ART. 99, §1º DA LEI 11.101/05.

PRAZO: Poderão eventuais interessados, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação deste edital apresentar diretamente ao administrador judicial eventuais habilitações ou divergências (acompanhadas dos respectivos documentos) quanto aos créditos relacionados, (art. 7º, §1º), cumprimento os requisitos do artigo 9º do mesmo diploma.

ENDEREÇO PARA ENVIO DAS HABILITAÇÕES/IMPUGNAÇÕES: SCZ - SCALZILLI ADMINISTRACAO JUDICIAL LTDA., através do email: admjud@scalzilliaj.com.br ou endereço RUA PADRE CHAGAS, 79 - CONJ 701 - MOINHOS DE VENTO - 90570080, Porto Alegre/RS ou pelo site *https://scalzilliaj.com.br/habilitacoes-e-divergencias*. Ainda, as principais informações e peças do processo podem ser consultadas pelo site *https://scalzilliaj.com.br/home*, na aba “administração judicial – falências”

DECISÃO: Vistos. Anoto. Relatório às fls. 131/132 e fls. 164/166. Última decisão determinou a intimação do Requerido, como derradeira oportunidade para a realização de depósito elisivo ou proposta de parcelamento da dívida. Fl. 168: certidão indicando o decurso do prazo sem manifestações da Ré. Fls. 171/174: Impugnação à contestação de fls. 137/143, pela Requerente, em que faz objeção à alegação de que se trataria o presente feito de meio coercitivo de cobrança, uma vez que já consubstanciada a dívida em Ação de Cobrança e Cumprimento de Sentença. Pugna pela decretação de falência, aduzindo que não houve depósito elisivo e sequer manifestação da Ré nos autos em cumprimento à última decisão. Ciente. Decido. Fundamentação apresentada às fls. 164/166, ocasião em que se concedeu à Ré derradeira oportunidade para evitar a decretação de falência. Dado o silêncio absoluto, é forçosa a decretação da quebra. A Lei nº11.101/05 estabelece no seu artigo 94, inciso II, que a falência pode ser decretada na hipótese de execução de qualquer quantia líquida não paga, que não deposita nem nomeia bem a penhora bens suficientes dentro do prazo legal. Cumpre relembrar que "no pedido de falência fundado em execução frustrada é irrelevante o valor da obrigação não satisfeita", conforme Súmula 39 do E. Tribunal de Justiça de São Paulo. Sobre o tema, ainda, a Súmula 48 do E. Tribunal de Justiça de São Paulo prevê que: “Para ajuizamento com fundamento no art. 94, II, da lei nº 11.101/2005, a execução singular anteriormente aforada deverá ser suspensa”. Nesse ponto, verifico que o documento de fls. 19/20 demonstra que a execução se encontra suspensa. Estão presentes, portanto, os requisitos exigidos pela lei para o deferimento da pretensão, em face da matéria que

foi articulada na inicial e do exame da documentação juntada. Sendo assim, decreto a falência de ENGETECH COMÉRCIO ESERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA, CNPJ nº 11.198.814/0001-07, com endereço à Rua Camacam, 189, São Paulo, SP, cujo administrador é Fabrício dos Anjos Pardal, conforme ficha cadastral da Jucesp de fls. 22/38, fixando o termo legal em 90 dias contados do requerimento inicial ou do protesto mais antigo, prevalecendo a data mais antiga. Determino também:1) Nomeação, como Administrador(a) Judicial , Acmoreno Consultoria e Administração Judicial Ltda, representada por Ana Caroline Moreno(anacarolinaf.moreno@gmail.com/anacarolina@acmorenoservicosjuridicos.com.br), que deverá prestar compromisso em 48 horas (informando, na mesma ocasião, o endereço eletrônico a ser utilizado no caso) e promover pessoalmente, com sua equipe, a arrecadação de bens, documentos e livros, bem como a avaliação dos bens, separadamente ou em bloco, no local em que se encontrem, sem necessidade de mandado, bem como autorizado o acompanhamento da diligência pelos órgãos competentes para o uso de força em caso de resistência, servindo cópia dessa sentença, assinada digitalmente, como ofício. O Administrador Judicial deverá apresentar em até 60 dias contados da assinatura de seu termo de compromisso Plano de Realização do Ativo, nos termos do art.99, §3º da Lei de Falências.2) Suspensão de ações e execuções contra a falida, com as ressalvas legais.3) Proibição de atos de disposição ou oneração de bens da falida, com expedição das comunicações de praxe.4) O prazo de 15 dias para apresentação das habilitações de crédito, a contar da publicação do edital de convocação dos credores, em que constem as seguintes advertências: a) no prazo de 15 dias as habilitações ou divergências deverão será presentadas diretamente ao(à) Administrador(a) Judicial, no seu endereço acima mencionado, ou por meio do endereço eletrônico a ser informado no compromisso a ser prestado, e de que as habilitações apresentadas nos autos digitais não serão consideradas; b) na ocasião da apresentação das habilitações e divergências, os credores deverão indicar dados completos de conta bancária (nome do titular da conta, número do CPF/CNPJ do titular da conta, número da agência e da conta bancária) para que, conforme previsão do artigo 1.113, §§ 3º, 4º e 5º das NSCGJ/TJSP (PROVIMENTOS nº 50/1989 e30/2013), possam receber eventuais valores através da prévia expedição de ofício ao banco; c) ficam dispensados de habilitação os créditos que constarem corretamente do rol eventualmente apresentado pelo falido. 5) Intimação do Ministério Público.6) Intimação do representante da falida para prestar declarações e apresentar relação de credores, diretamente ao(à) Administrador(a) Judicial, em dia, hora e local indicado por este último, em prazo não superior a 15 dias da data desta decisão, sob pena de desobediência, publicando-se, em seguida, o edital para habilitações/impugnações, nos termos do art. 99, parágrafo único, da Lei 11.101/05.7) Oficie-se: a) ao Bacen, através do sistema Bacenjud, para determinação do bloqueio de ativos financeiros em nome da falida; b) à Receita Federal, pelo sistema Infojud, para que forneça cópias das 3últimas declarações de bens da falida; c) ao Detran, através do sistema Renajud, determinando-se o bloqueio(transferência e circulação) de veículos existentes em nome da falida; d) à Central Nacional de Indisponibilidade de Bens, para pesquisa e bloqueio de imóveis em nome da falida.8) Poderá o(a) Administrador(a) Judicial adotar todas as providências para a preservação dos interesses da massa e eficiente administração de seus bens, colhendo informações diretamente junto a credores, falido, órgãos públicos, pessoas jurídicas de direito privado, sem necessidade de prévia autorização judicial, servindo esta sentença deofício.9) Providencie a z.serventia a intimação eletrônica das Fazendas Públicas Federal, do Estado de São Paulo e do Município de São Paulo a respeito da existência desta falência, para conhecimento, sem prejuízo de o Administrador Judicial providenciar a comunicação a essas Fazendas a respeito da existência desta falência, informando-lhe nome(s) da(s) falida(s), número do processo e data da sentença de decretação da quebra, bem como seus dados (AJ) e endereço de e-mail. O Administrador Judicial deverá, ainda, informar a este juízo em 10 dias as Fazendas Públicas de

outros Estados e/ou Município sem que o falido possua estabelecimento, ou outras entidades da administração pública indireta. Com essa informação, a z.serventia deverá providenciar a intimação eletrônica das Fazendas Públicas por ventura informadas pelo Administrador Judicial, por email, observado o quanto disposto no art.99, §3º, da Lei de Falências. Efetivada a intimação da Fazenda credora e a publicação do edital determinado no art. 99 da Lei de Falências, a z.serventia deverá instaurar incidente específico de classificação de seu crédito. Com a instauração do incidente, deverá certificar o termo desta decisão e proceder à nova intimação eletrônica da referida Fazenda, no mencionado incidente, para que em 30 dias apresente diretamente ao Administrador Judicial ou ao juízo a relação completa de seus créditos inscritos na dívida ativa, acompanhado de cálculos, classificação e informações sobre a situação atual. Para fins do cumprimento desta decisão, considera-se Fazenda Pública credora aquelas mencionadas no parágrafo acima e, também, aquela que conste na relação do edital previsto no art. 99, §1ºda Lei de Falências ou que, após a intimação prevista no inciso XIII do mesmo dispositivo, alegue nos autos em 15 dias que possui créditos contra o falido10) o Administrador Judicial nomeado deverá no prazo de até 60 (sessenta)dias, contados do termo de sua nomeação, apresentar, para apreciação deste juízo, plano detalhado de realização de ativos, inclusive com estimativa de tempo, que não será superiora 180 dias da juntada de cada auto de arrecadação, na formado artigo 22, III da Lei nº11.101/05;11) Servirá cópia desta sentença, assinada digitalmente, de OFÍCIO aos órgãos elencados abaixo, bem como de CARTA DE CIENTIFICAÇÃO às Fazendas, devendo tais órgãos encaminhar as respectivas respostas, se o caso, para o endereço do administrador judicial nomeado. O(a) Administrador(a) Judicial deverá encaminhar cópia desta decisão aos órgãos competentes, devendo comprovar o protocolo nestes autos digitais, em 10 dias. BANCO CENTRAL DO BRASIL BACEN - Av. Paulista, 1804, CEP 01310-200, São Paulo/SP: Proceder e repassar às instituições financeiras competentes, o bloqueio das contas correntes ou outro tipo de aplicação financeira de titularidade da falida, bem como seja expedido ofício informando o cumprimento da presente ordem diretamente ao Administrador Judicial nomeado nos autos da falência. JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO: Rua Barra Funda,930 - 3º andar Barra Funda - CEP: 01152-000 - São Paulo/SP: Encaminhar a relação de livros da falida levada a registro nesse órgão, e informes completos sobre as alterações contratuais havidas em nome da mesma. Deverá, ainda, contar a expressão “falido” nos registros desse órgão, a data da decretação da falência e a inabilitação para atividade empresarial; SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL::Deverá proceder à anotação da falência no registro do devedor para que contes a expressão “falido” nos registros desse órgão, a data da decretação da falência e a inabilitação para atividade empresarial; EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS Rua Mergenthaler, 500, Vila Leopoldina Gerência GECAR, CEP: 05311-030 São Paulo/SP: Encaminhar as correspondências em nome da falida para o endereço do administrador judicial nomeado; CENTRO DE INFORMAÇÕES FISCAIS -DI Diretoria de informações -Av. Rangel Pestana, 300, CEP: 01017-000 São Paulo/SP: Deverá encaminhar a DECAreferente à falida, para o endereço do administrador judicial nomeado; SETOR DE EXECUÇÕES FISCAIS DA FAZENDA PÚBLICA – Ofício das Execuções Fiscais Estaduais - Rua Vergueiro, 857, CEP: 01013-001 São Paulo/SP: informar sobre a existência de bens e direitos em nome da falida; BOLSA DE VALORES DO ESTADO DE SÃO PAULO - Rua XV de Novembro nº 275, 7º andar, CEP: 01013-001 São Paulo/SP: Informar a existência nos seus arquivos, sobre bens e direitos em nome da falida; BANCO BRADESCO S/A. - Cidade de Deus, s/nº Vila Iara - CEP:06023-010 Osasco/SP: Informar acerca da posição de ações do sistema TELEBRÁS(Telesp e cindidas) em nome da falida e, se houver dividendos, sejam estes depositados em nome da massa falida, no Banco do Brasil S/A., Agência 5905-6 S. Público São Paulo, à ordem deste Juízo; DEPARTAMENTO DE RENDAS MOBILIÁRIAS - Rua Pedro Américo,32, CEP:

01045-000 São Paulo/SP: Informar sobre e a existência de bens e direitos em nome da falida; CARTÓRIO DISTRIBUIDOR DE TÍTULOS PARA PROTESTO – Rua XV de Novembro, 175 Centro - CEP: 01013-001 São Paulo/SP: Remeter as certidões de protestos lavrados em nome da falida, para o endereço do administrador judicial nomeado, independente do pagamento de eventuais custas; PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - UNIÃO FEDERAL - Alameda Santos, 647 - 01419-001 - São Paulo/SP: Informar sobre a existência de ações judiciais envolvendo a falida; PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO - Av. Rangel Pestana, 300, 15º andar - Sé - 01017-000 - São Paulo - SP: Informar sobre a existência de ações judiciais envolvendo a falida; SECRETARIA DA FAZENDA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO -PROCURADORIA FISCAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - Rua Maria Paula, 136Centro - 01319-000 - São Paulo/SP: Informar sobre a existência de ações judiciais envolvendo a falida. P.R.I.C. São Paulo, 04 de julho de 2023.

RELAÇÃO DE CREDORES

ART. 83, INCISO I, DA LEI 11.101/2005
Bruno Theodoro Ferreira, a apurar; Caique dos Santos Gomes, a apurar; Simone Bernardina Benevides Marinelli, a apurar; Marcio Paganatto, a apurar; Genildo Silva dos Santos, a apurar; Walberth Bastos Moreno, a apurar; Alessandro Bacelar Pereira, a apurar; Wagner Manoel Costa, a apurar; Eduardo Bruno Gonçalves de Aquino, a apurar; Gabriel Anderson Rosa de Oliveira, a apurar; Danilo Pulcena Barbosa, a apurar; Claudionor Ribeiro da Silva, a apurar; Reinaldo Pereira Gonçalves, a apurar; Jefferson Luiz Santos da Silva, a apurar; Alessandro Bacelar Pereira, a apurar; Patricia Borges Camargo, a apurar; Flavio Volpato Junior, a apurar; José Thomaz Aguiar, a apurar; Anderson Alexandre Moreiria, a apurar; Roberto Teixeira Neto, a apurar; Henrique Gomes Santana, a apurar; José Deusdete de Souza, a apurar; Davi Gomes Mauricio, a apurar; Diogo Max Lima dos Santos, a apurar; Bruno Daniel Correia da Silva, a apurar; Carlos Eduardo Lopes de Souza, a apurar; Gesiel Assis Souza, a apurar; Isaias Sampaio dos Santos, a apurar. TOTAL DA CLASSE: A APURAR

ART. 83, INCISO VI, DA LEI 11.101/2005
Ska Automação de Engenharias Ltda (81.329.823/0001-67), R$ 18.838,30; Siemens Ltda (44.013.159/0001-16), R$ 20.000,00; Beghim Indústria e Comércio de Equipamentos Elétricos Ltda (61.145.843/0008-47), R$ 9.725,30; Gaian e Vale Contabilidade LTDA SCP (46.342.849/0001-44), a apurar. TOTAL DA CLASSE: R$ 48.563,60 + CRÉDITO A APURAR

ART. 83, INCISO III, DA LEI 11.101/2005
Município de São Paulo (46.395.000/0001-39), R$ 14.803,15. TOTAL DA CLASSE: R$ 14.803,15

TOTAL DOS CRÉDITOS HABILITADOS R$ 63.366,75 + CRÉDITOS A APURAR

E para que produza seus efeitos de direito, será o presente Edital afixado e publicado na forma da Lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 14/05/2026 15:52

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA